

Subjetivação na matriz teórico-metodológica da docência inclusiva

Autoras:

Simoni Timm Hermes

Doutora em Educação. Pedagoga no Centro de Tecnologia. Professora Formadora do Curso de Educação Especial, Licenciatura (a distância) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Membro do Grupo Diferença, Educação e Cultura - DEC/CNPq/UFSM.

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin

Doutora em Educação. Professora Associada do Departamento de Educação Especial e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de pesquisa "Educação Especial" - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

DOI: 10.58203/Licuri. 20654

Como citar este capítulo:

HERMES, Simoni Timm; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Subjetivação na matriz teórico-metodológica da docência inclusiva. In: OLIVEIRA, Habyhabanne Maia (Org.). *Estudos e Tendências da Educação do Século XXI*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 44-59.

ISBN: 978-65-85562-06-5

Resumo

Considerando a perspectiva filosófica de Michel Foucault e as contribuições dos Estudos Foucaultianos em Educação, este artigo argumenta a noção de subjetivação como ferramenta analítica central na produção de uma Tese em Educação Especial. Tal Tese versa sobre a emergência da docência inclusiva diante da articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva na escola contemporânea. Nesse sentido, a noção de subjetivação, da caixa de ferramentas de Foucault, recebe outras contribuições na aproximação desta com as noções tangenciais de governamentalidade, noopolítica, sujeição social e servidão maquínica, estas últimas referenciadas em Mauricio Lazzarato, na prática de pesquisa em questão. A partir da argumentação teórico-metodológica empreendida, o conceito-ferramenta subjetivação possibilita desenvolver um exercício de problematização na história do presente em torno das condições de proveniência e emergência da docência inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão escolar. Subjetividade capitalística.

INTRODUÇÃO

Inspirado na perspectiva filosófica de Michel Foucault e com as contribuições dos Estudos Foucaultianos em Educação, a partir do problema de pesquisa: como a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva opera nos modos de subjetivação das professoras na escola contemporânea?, este artigo pretende argumentar a noção de subjetivação como ferramenta analítica central na produção da seguinte Tese: Na articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva, a docência inclusiva emerge como esse conjunto de professoras de Educação Especial e professoras das salas comuns/ regulares que se mobilizam em prol da inclusão escolar. Historicamente, os eixos de moralização, psicologização e democratização, presentes nos modos de tornar-se professora nas práticas escolares, constituem-se como condições de possibilidade da docência inclusiva. A docência inclusiva, dessa maneira, produz um processo de modelização dessas professoras através do self inclusivo, da articulação, da expertise pedagógica e da inovação na escola contemporânea.

Nesse sentido, tal argumentação sustenta que, na relação complementar e não substitutiva entre disciplina, biopolítica e noopolítica, a inclusão escolar constitui-se como dispositivo noopolítico na medida em que se exerce sobre as opiniões e produz públicos ditos inclusivos. A docência inclusiva, como o referido conjunto de professoras que se mobilizam em prol da inclusão escolar, efetiva essas professoras como público inclusivo. E, nessa produção do público inclusivo, pela sujeição social e pela servidão maquínica, a docência inclusiva torna-se a expressão da subjetividade capitalística, subjetividade esta pertencente à economia subjetiva na escola contemporânea.

A partir de uma metodologia de revisão bibliográfica, recorreremos à caixa de ferramentas de Michel Foucault, sendo eleita como ferramenta analítica central a subjetivação, e as noções tangenciais de governamentalidade, noopolítica, sujeição social e servidão maquínica. Fazemos questão de manter este movimento, na medida em que não tomamos o movimento nem como referencial teórico, nem como revisão de literatura. Como propomos materializar neste artigo, a chave da subjetivação - ferramenta analítica central nesta prática de pesquisa - precisa funcionar, servir para tornar o regime de verdade da inclusão escolar visível e dizível, bem como para problematizar a produção dos modos de subjetivação das professoras na contemporaneidade.

SUBJETIVAÇÃO COMO FERRAMENTA ANALÍTICA CENTRAL

Considerando a perspectiva filosófica de Michel Foucault e as contribuições dos Estudos Foucaultianos em Educação no presente, recordamos um fragmento da conversa entre Foucault e Gilles Deleuze, denominada Os intelectuais e o poder, datada de 02 de março de 1972, sobre a caixa de ferramentas:

Michel Foucault: (...) a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora. Gilles Deleuze: (...) uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que no momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas (FOUCAULT, 2001, p. 71).

A caixa de ferramentas, como mencionado no referido fragmento, deve funcionar, servir. Mais que isso, talvez, seja o momento oportuno para dizer que as chaves, as ferramentas necessitam impulsionar o processo de pensamento, precisam potencializar o exercício de problematização empreendido na prática de pesquisa, na Tese em questão. Interessa, nesse sentido, mostrar a ferramenta analítica subjetivação utilizada para compreender a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva na escola contemporânea a fim de problematizar os efeitos nos modos de subjetivação das professoras. E, ao fazê-lo, destacamos que tal ferramenta, da caixa teórico-metodológica organizada por Foucault, recebe contribuições de outros autores da filosofia francesa e brasileira. Foucault (2010, p. 225), na Aula de 17 de fevereiro de 1982, publicada na obra *A hermenêutica do sujeito*, propõe que

Isso significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder/ governamentalidade/ governo de si e dos outros/ relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno dessas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética.

Havia, quando da defesa do Projeto de Tese, certa resistência em tecer a subjetivação como ferramenta analítica desta prática de pesquisa. Após o contato com a materialidade analítica, parecia não fazer sentido tratar da matriz geral das relações do poder sem que isso esteja implicado com a produção de um sujeito. Relações de poder e produção de sujeito estas que são contínuas, imanentes, móveis. A matriz teórico-metodológica da Tese enunciada no início deste artigo justifica-se como uma cadeia, uma trama. E, tratá-la como matriz significa dizer que, neste momento, não serve nem como aplicação, na medida em que a prática de pesquisa não consagra dada teoria; nem como inspiração, uma vez que a prática de pesquisa não inventa dada teoria, mas serve como chave de uma caixa de ferramentas, que opera em certas circunstâncias, sob determinado problema.

A subjetivação serve, neste contexto, como fio condutor para, através da articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva, problematizar a produção da docência inclusiva na escola contemporânea. E, junto dela, como ferramentas analíticas tangenciais, a noção de governamentalidade, nesse viés da articulação da questão política com a questão ética, tomada como uma proposta de grade de análise para essas relações de poder (FOUCAULT, 2008b); a noção de noopolítica explorada pelo filósofo e sociólogo italiano Mauricio Lazzarato e, junto desta, a noção de público proposta pelo filósofo, psicólogo e sociólogo francês Gabriel Tarde; e as noções de sujeição social e servidão maquínica tratadas por Lazzarato a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

No quadro da problemática das artes de governar iniciada no século XVI, com seus bloqueios e os seus desbloqueios, referenciados no Curso Segurança, território e população, Foucault (2008b) insere o surgimento da governamentalidade em meados do século XVIII. Com a expansão demográfica, a abundância monetária, o aumento da produção agrícola no século XVIII, ocorreu o desbloqueio da arte de governar sob a Razão de Estado, através da emergência do problema da população, esta “portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2008a, p.140). A economia política, diferente da preocupação com o território ou a riqueza, constituiu-se em torno dessa massa da população, tomada como sujeito político, como sujeito coletivo, sendo os aspectos demográficos, as relações entre produção, consumo e lucro os focos da economia política.

Os dispositivos de segurança, em meio aos casos, aos riscos, aos perigos e as crises presentes na população, na conexão com os mecanismos disciplinares, tornaram-se os

instrumentos para regulamentar essa população. Os fenômenos aleatórios dessa população constituem-se numa série de acontecimentos prováveis, sendo imprescindíveis os cálculos de custo e a fixação de médias para regulamentação dessa população. Eis, aqui, a emergência do Estado de governo, melhor, do processo de governamentalização do Estado, “portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008a, p.144-145). Então, a partir da massa da população, o Estado governamentalizado produziu uma sociedade perpassada pelo dispositivo de segurança.

Em relação ao Curso Segurança, território e população, na qual Foucault proferiu os estudos da biopolítica, Gadelha (2009) salienta que, no Curso Nascimento da biopolítica, o autor problematiza a relação entre Estado, governamentalidade e biopolítica sob o quadro geral da racionalidade política. Dessa forma, o autor ocupa-se com os estudos sobre o liberalismo e, posteriormente, o neoliberalismo. Essa nova arte de governar, vinculada à população e à economia política, caracterizou-se mediante o problema da verdade econômica e da veridicação do mercado, o problema da limitação da governamentalidade pelo cálculo de utilidade, e o problema da Europa, como região de desenvolvimento econômico ilimitado, no mercado mundial. *Laisser-faire*, *laisse-passer* e *laisser-aller*, ou seja, deixar fazer, deixar passar, deixar andar, na medida em que a própria realidade tem suas leis, seus princípios, seus mecanismos. A partir do imperativo do consumo, o liberalismo pode ser entendido como uma forma de vida, sendo sua questão fundamental: “qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas?” (FOUCAULT, 2008b, p.63-64). Portanto, a frugalidade do governo, o governo mínimo como princípio de organização do Estado, vai constituir-se como questão primordial do liberalismo em meados dos séculos XVIII e XIX.

O liberalismo, nesse sentido, serve como matriz de inteligibilidade para a biopolítica e o dispositivo de segurança. E, tendo como princípio governar menos e consumir mais, vai fabricar, consumir e regular liberdades, a cada e a todo instante, seja esta liberdade de mercado, liberdade da propriedade privada, liberdade de expressão, entre outras, na medida em que precisa do exercício de liberdade para funcionar como razão governamental.

A nova arte governamental vai se apresentar, portanto, como gestora da liberdade, não no sentido do imperativo “seja livre”, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. (...) O liberalismo, no sentido em que eu o entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] liberdade [...]. É necessário de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc. (FOUCAULT, 2008b, p. 86-87).

Dessa forma, o liberalismo operou pela instauração de mecanismos que têm por função “não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, [o] crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar” (FOUCAULT, 2008b, p.39). E este exercício de poder, estando vinculado à liberdade das pessoas e das coisas, torna-se a condição de possibilidade para o desenvolvimento do dispositivo de segurança. Nesse contexto, ocorre o surgimento da biopolítica e de uma nova tecnologia, o biopoder, como “um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p.289-290), que não substituem os investimentos e os efeitos da disciplina, nem mesmo serão substituídos pela noopolítica.

Através do desenvolvimento dos estudos da estatística e da demografia, da intervenção em torno das endemias, dos cuidados com a velhice, dos estudos sobre os acidentes, as enfermidades e as anomalias diversas de uma população, e da instituição do problema da cidade, problemas estes próprios da circulação, do movimento e do consumo presentes na racionalidade liberal, o biopoder promoveu a implantação de mecanismos mais racionais de seguridade em prol do fazer viver da população. A própria Medicina Social nos contextos alemão, francês e inglês, respectivamente, a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho, desenvolveu-se como uma estratégia dessa biopolítica (FOUCAULT, 2001). Nessa tecnologia do biopoder, especificamente na relação entre caso, risco, perigo e crise, a partir do normal e do anormal, a norma vai operar para produzir normalidades diferenciais (FOUCAULT, 2008a). A questão da liberdade relacionada à questão da segurança torna-se central nessa racionalidade liberal, sendo que as

estratégias biopolíticas destinadas à população voltam-se aos casos, riscos, perigos e crises individuais e coletivos que permeiam essa população, e permitem a circularidade da norma nas práticas de normalização. Desse modo, “o lema do liberalismo é ‘viver perigosamente’” (FOUCAULT, 2008b, p. 90). A cultura do perigo, no século XIX, produziu-se imanentemente em relação a uma educação do perigo.

No final do século XIX, “já se encontravam em gestação novas técnicas de poder, que não tinham mais nenhuma semelhança com as disciplinas ou como biopoder” (LAZZARATO, 2006, p.75) nas sociedades de controle. Nessas sociedades, conforme Deleuze (2008, p. 221), “os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”. Trata-se das tecnologias de controle, um poder que se exerce nos públicos. O próprio Foucault (2008a, p. 98-99) pode colaborar nesse processo de elucidação da noção de público, no deslocamento da espécie humana ao público presente no conceito de população:

A população é portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público. (...) O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. (...) Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir.

A noopolítica, então, constitui-se como uma política que “se exerce sobre os cérebros, atuando em primeiro lugar sobre a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual” (LAZZARATO, 2006, p. 86). A governamentalidade (neo)liberal, através da conexão entre disciplinas e estratégias biopolíticas, perspectivou uma sociedade da regulamentação, conforme os estudos de Foucault (2008a, 2008b). Para diferenciar a sociedade disciplinar daquelas que temos atualmente, Deleuze (2008) propôs que, pelas tecnologias de controle, produziu-se uma sociedade de controle. A relação entre disciplina, biopolítica e noopolítica, como insinuei anteriormente, continua sendo de

complementaridade e não de substituição. Por isso, trata-se de tomá-las no deslocamento da ênfase, de modo a configurar as operações da sociedade de controle explicitada por Deleuze na continuidade da sociedade disciplinar proposta por Foucault.

Diante das ameaças às liberdades presentes nos regimes comunista, socialista, nacional-socialista e fascista, em meados dos anos de 1925 a 1930, mecanismos foram propostos para oferecer garantias de liberdade aos Estados. E, nesse contexto do pós-guerra, Foucault (2008b) descreve o desenvolvimento dos modelos de neoliberalismo na Alemanha, na França e nos Estados Unidos, de modo que se trata de uma governamentalidade neoliberal. O neoliberalismo surge como forma de vida, também sempre auto-ajustada, que inverte a pergunta do liberalismo. Aqui, pergunta-se à economia: “como a sua liberdade vai poder ter uma função e um papel de estatização, no sentido de que isso permitirá fundar efetivamente a legitimidade de um Estado?” (FOUCAULT, 2008b, p. 127). Michel Onfray justifica “porque o liberalismo é plástico: aí está, de resto, a sua força. (...) O leão recorre à potência do exército, a raposa à força dos arranjos discretos” (2010, p. 128). A governamentalidade neoliberal pertence à força dos arranjos discretos. A governamentalidade neoliberal modifica, permuta, transforma-se, e produz modos de subjetivação.

Desse modo, a inclusão escolar, entendida como um dispositivo noopolítico, de produção de certos públicos pelas ações de governo na escola, foi organizada pelo Estado brasileiro, ao longo das últimas décadas, para atender as metas e os resultados do capital econômico, bem como para produzir certos sujeitos. Nesse contexto, cabe um apontamento. Na Tese em evidência neste artigo, a inclusão não significa estar dentro da escola, assim como exclusão não significa estar fora da escola, os processos nesse espaço-tempo são in/excludentes (PINTO, 1999, LUNARDI, 2001, VEIGA-NETO, 2001, 2008, LOPES e VEIGA-NETO, 2007, LOPES, 2009, HERMES, 2012). A inclusão escolar, então, tem a ver com os modos pelos quais nos relacionamos e, com a mesma intensidade, pelos modos como nos tornamos professoras ou sujeitos da aprendizagem que, independente da escola dita inclusiva, podem ser formados e produzidos, sim, em outros espaços-tempos educacionais.

Considerando isso, tomamos a inclusão escolar no âmbito da noopolítica na medida em que, se a inclusão opera como princípio de mobilidade dos sujeitos (MENEZES, 2011), não apenas investe na vida da população e seus fenômenos aleatórios, mas exerce-se sobre as opiniões e produz públicos ditos inclusivos. Essas políticas tornaram-se responsáveis pela

matrícula, pela aprendizagem, pela participação e pela permanência, mesmo que de forma estratificada, dos sujeitos na escola e, por esta, nos jogos de consumo e concorrência do mercado. Dessa forma, pode-se dizer que as políticas de in/exclusão escolares estão na agenda da governamentalidade neoliberal.

Com as campanhas e pelos programas de educação para todos, a própria escolarização passou a ser um direito de cada um e, nessa condição, ingressar, aprender, participar e permanecer na escola tornaram-se um dever, uma obrigação do sujeito para com o Estado brasileiro. A Educação Especial, campo epistêmico oriundo da Medicina Social, da Psicologia (suas derivações) e da Pedagogia, historicamente, constituiu-se para operacionalizar as ações pedagógicas em prol dos sujeitos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Então, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva surge como um mecanismo para que a racionalidade política neoliberal, assumida pelo Estado brasileiro, promovesse práticas de governo na escola, inclusive pelo Atendimento Educacional Especializado, que possibilitassem produzir alguns resultados na instância macropolítica.

Nesta prática de pesquisa, para estudar o governo e o autogoverno das professoras nas escolas comuns/regulares, escolas ditas inclusivas, através do regime de verdade da inclusão escolar, interessa a noção de subjetivação na cadeia ou na trama com essa governamentalidade. Destacamos que essa relação entre subjetivação e governamentalidade está presente em duas teses de Doutorado em Educação que inspiram a prática de pesquisa narrada neste artigo. A primeira tese, *A produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial*¹, da autoria de Márcia Lise Lunardi, envolveu-se com a produção de uma subjetividade anormal, no caso, dos sujeitos surdos. A tese *A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva*², da autoria de Eliana da Costa Pereira de Menezes, tratou da produção de uma subjetividade inclusiva na esteira da inclusão escolar.

A primeira tese, *A produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial*, ao considerar a Política Nacional de Educação Especial, aprovada em 1994, “aponta para as formas como um dispositivo pedagógico torna possível a produção de um aparato de verdades que, ao dizer coisas sobre os sujeitos deficientes e ao definir modelos para

¹ Tese orientada por Carlos Skliar, defendida em julho de 2003, no Curso de Doutorado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

² Tese orientada por Maura Corcini Lopes, defendida em 01 de fevereiro de 2011, no Curso de Doutorado em Educação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

conduzir a ação pedagógica a eles dirigida, operam na constituição de subjetividades anormais”. A partir do campo dos Estudos Culturais, principalmente da vinculação teórico-metodológica a Foucault, a autora utilizou as noções de poder disciplinar, biopoder e normalização para operar nas formas de como os discursos das práticas de Educação Especial tecem estratégias de normalização dos sujeitos surdos na relação patologia e terapêutica. Dentre estas, a pedagogia da diferença, mesmo enaltecendo a diferença, coloca em operação o apagamento desta diferença pela produtividade da norma.

Tal tese, na ratificação da sua produtividade teórico-metodológica para esta escrita, coloca a Educação Especial como garantia para o processo de inclusão escolar. Isso significa que a Educação Especial não some, mas reforça o funcionamento do estar incluído, na medida em que, através da norma, efetiva os processos de normalização, a correção permanente daqueles que precisam estar em atividade para gestão dos riscos nos espaços-tempos escolares. Mesmo tratando da Política Nacional de Educação Especial no horizonte da inclusão como preferência, amparamo-nos nessa tese para justificar que Educação Inclusiva e Educação Especial não são sinônimas, pois a segunda torna-se uma garantia, dentro outras, para o sucesso da primeira. Ainda, na referida tese, normal e anormal não são tomadas como condições naturais, mas como condições circunscritas nos processos de normalização, em diferentes gradientes, sendo produzidas por esses processos.

A segunda tese, A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva, objetivou “empreender uma análise de inspiração genealógica sobre as práticas operadas pela escola, compreendida como maquinaria de normalização a serviço do Estado para a produção de subjetividades inclusivas”. Com as ferramentas governamentalidade, normalização e subjetivação, a autora organizou dois grupos de materiais, sendo o primeiro composto pelas políticas educacionais na perspectiva inclusiva publicadas nos últimos anos no Brasil, e o segundo constituído pelos registros de práticas escolares arquivados num acervo de uma escola pública estadual, na relação entre a razão de Estado e a inclusão obrigatória. Nesses registros, os deslocamentos das ações disciplinares para as ações de seguridade e, nestas, os processos de subjetivação focados na disciplina e nas relações de saber-poder para a emergência de uma subjetivação focada no sujeito e no seu autogoverno. Esses deslocamentos constituem-se como condições de possibilidade para a emergência de subjetividades inclusivas, noção criada pela autora, na racionalidade política neoliberal.

Pela produtividade teórico-metodológica dessa tese, retomamos esse exercício neste momento, na medida em que, além de propor a emergência de um modo de subjetivação no deslocamento das ações disciplinares para as ações de seguridade, ações estas próprias da racionalidade política neoliberal, a autora mostra que o atual Atendimento Educacional Especializado, como serviço da Educação Especial, toma para si a organização e a implementação das ações inclusivas na escola, seja no contexto das salas de recursos multifuncionais, seja no contexto escolar mais amplo. Nesse ínterim, não interessa apenas a matrícula dos alunos da Educação Especial na escola inclusiva, mas a aprendizagem e a participação contínua desses sujeitos no jogo econômico neoliberal.

Considerando essas teses que inspiram a prática de pesquisa do presente artigo, na obra *Do governo dos vivos*, Foucault (2011) infere que os regimes de verdade constroem os sujeitos a certos atos de verdade, com condições, efetuações e efeitos específicos. E, em dado regime de verdade, vão se produzindo modos de ser sujeito. Ao abordar a inclusão escolar como um dispositivo noopolítico que, ao exercitar-se sobre as opiniões, produz públicos ditos inclusivos, acentuamos a análise sobre esses atos de verdade aos quais as professoras das escolas ditas inclusivas estão conectadas e, ao mesmo tempo, produzindo-se. Governo e autogoverno, regime de verdade e subjetivação, desse modo, entrecruzam-se na perspectiva desta escrita. Afinal, “a questão que eu gostaria de colocar, ainda uma vez, é essa: como se fez, numa sociedade como a nossa, que o poder não possa se exercer sem que a verdade se manifeste, e se manifeste na forma da subjetividade?” (FOUCAULT, 2011, p. 67).

O projeto filosófico de Foucault, conforme exposto na entrevista intitulada *Sujeito e poder*, foi o de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Esse projeto fez com que o filósofo tratasse dos modos de subjetivação na Antiguidade Clássica, mas também perpassasse pelas sociedades disciplinar e de regulamentação na Modernidade. Nesse projeto filosófico, entende-se que a subjetivação deriva de práticas de objetivação, nas quais o sujeito constitui-se como objeto em relação aos outros e ao Estado, e de práticas de subjetivação, nas quais esse sujeito produz-se na relação consigo mesmo. Na obra *Tecnologias del yo*, Foucault (1996) pressupõe a existência de tecnologias específicas nessas práticas de objetivação e subjetivação, como, por exemplo, tecnologias da produção, tecnologias dos sistemas de signos, tecnologias de poder e tecnologias do eu. As tecnologias de poder, que determinam a condutas do sujeito nas práticas de

objetivação, e as tecnologias do eu, envolvidas com os modos pelos quais o sujeito vincula-se consigo mesmo, constituindo um projeto de vida, no meu entendimento, são atualizadas por Gilles Deleuze e Félix Guattari, conforme produção de Lazzarato.

Dessa forma, no que segue, exploramos a noção de subjetivação, de modo parcial, também nessa produção de Lazzarato. A economia política, em Foucault (2008b), constituiu-se em torno da população, e produziu dispositivos de segurança para regulamentar essa população. Lazzarato (2014, p. 16) lança como hipótese do seu trabalho na obra *Signos, máquinas, subjetividades* que “o projeto central do capitalismo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à ‘economia subjetiva’”. Nessa economia subjetiva, nesse projeto central do capitalismo, a subjetivação opera através das noções de sujeição social e servidão maquínica, de Deleuze e Guattari, retomadas por Lazzarato.

A sujeição social “nos dota de uma subjetividade, atribuindo a nós uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade e assim por diante” (LAZZARATO, 2014, p. 17), produz sujeitos individuados. A servidão maquínica, por sua vez, “desmantela o sujeito individuado, sua consciência e suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supra-individual” (LAZZARATO, 2014, p. 17), produz individuais, engrenagens, extensões, partes da máquina. Enquanto a sujeição social está envolvida com semióticas significantes como, por exemplo, a linguagem, com objetivo de produzir um sujeito individuado, a servidão maquínica volta-se às semióticas a-significantes (diagramas, índices de mercado, contas nacionais ou de corporações, etc.), que não têm o sujeito como referente.

A partir da Cibernética e da Engenharia de Controle e Automação, Deleuze e Guattari propõem o funcionamento da servidão maquínica. Não se trata de uma servidão meramente técnica, mas social, sendo que os autores envolvidos com tal proposição sugerem a existência do dispositivo homens-máquinas. Essas máquinas, contudo, não estão fundamentadas nos binarismos sujeito/objeto, natureza/cultura, posto que o homem constitui-se como uma peça da máquina ou uma peça com outra peça que produz uma máquina. Como exemplo, Lazzarato (2011, p. 73) cita as instituições públicas, a mídia ou o Estado de Bem-Estar Social, que “devem ser considerados - sem metáfora - máquinas, pois eles agenciam (maquinam) multiplicidades (pessoas, procedimentos, semióticas, técnicas, regras, etc)”.

Sujeição social e servidão maquínica estão implicadas mutuamente e, na interseção da sujeição e da servidão, ocorre a produção da subjetividade, sendo que tais noções são potentes para a governamentalidade neoliberal:

A governamentalidade de individuais, gerenciada por fluxos, redes e máquinas, não apenas desempenha um papel nas representações do indivíduo e no comportamento consciente, mas em desejos, crenças e na realidade sub-representativa da subjetividade. A governamentalidade é praticada na junção do indivíduo e do dividual, tanto na subjetivação individual quanto na dividual (LAZZARATO, 2014, p. 38).

A docência inclusiva, então, pela sujeição social e pela servidão maquínica retomadas por Lazzarato de Deleuze e Guattari, torna-se a expressão da subjetividade capitalística, subjetividade esta pertencente à economia subjetiva, problematização essa que pretendo materializar nos próximos capítulos desta Tese. No capitalismo contemporâneo, “a subjetividade é a ‘mercadoria-chave’ cuja ‘natureza’ é concebida, desenvolvida e fabricada da mesma maneira que um automóvel” (LAZZARATO, 2014, p. 53). Desse modo, o governo e o autogoverno das professoras nas escolas ditas inclusivas, através do regime de verdade da inclusão escolar, mostram como as professoras de Educação Especial e as professoras das salas comuns/regulares constituem-se no processo de tornarem-se professoras, e, neste movimento, temos a emergência de modos de subjetivação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da caixa de ferramentas do filósofo Foucault, a subjetivação, referida na seção anterior como ferramenta analítica central, pode ser produtiva para operar no conjunto das técnicas de dominação com as técnicas de si presentes nas escolas inclusivas, especialmente, nas formas como os sujeitos são governados, os sujeitos governam os outros e o sujeito se autogoverna. Nesse sentido, entende-se a potencialidade da noção de subjetivação numa prática de pesquisa em Educação Especial de inspiração genealógica, com o objetivo de compreender a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva na escola contemporânea a fim de problematizar os efeitos nos modos de subjetivação das professoras.

Por fim, a noção de subjetivação como ferramenta analítica central permitiu os caminhos e os (des)caminhos pela história do presente, lida através dos contextos das proveniências e da emergência, possibilitando defender publicamente que a docência inclusiva emerge como esse conjunto de professoras de Educação Especial e professoras das salas comuns/regulares, que se mobilizam em prol da inclusão escolar diante da articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva, sendo os eixos de moralização, psicologização e democratização condições de possibilidade desse modo de subjetivação, e este materializado como um processo de modelização dessas professoras através do self inclusivo, da articulação, da expertise pedagógica e da inovação na escola contemporânea.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008. 232 p.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca, Salma annus Muchail. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos/ Michel Foucault; organização de Nildo Avelino*. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. 186p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. 295 p.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 474 p. (Coleção tópicos)

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572 p. (Coleção tópicos)

FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo*. Y outros textos afines. Paidós/I.C.E. - U.A.B., 1996. 150 .

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 240 p. (Educação: Experiência e Sentido)

HERMES, Simoni Timm. *O Atendimento Educacional Especializado como uma tecnologia de governo: a condução das condutas docentes na escola inclusiva*. 2012. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 272 p.

LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l'homme endetté: essai sur la condition néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas e subjetividades*. Tradução de Paulo Domenech Oneto com a colaboração de Hortênsia Lencastre. São Paulo: Edição Sesc São Paulo: n-1 edições, 2014. 213 p.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini e HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 107-130.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Inclusão e governamentalidade. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007. Edição Especial.

LUNARDI, Márcia Lise. Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda. In: *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria, v. 02, n. 18, p. 27-35, 2001.

LUNARDI, Márcia Lise. *A produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial*. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. *A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva*. 2011. 189 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ONFRAY, Michel. *A potência do existir: manifesto hedonista*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 192 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. *In: Revista Educação & Realidade, Dossiê Das Diferenças*, v.24, n. 02, p.33-56, jul./dez. 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. *In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 105-118.